

prejudicados, lembrando ainda que nós temos duas votações, o projeto e a emenda.

Peço aos Srs. Deputados, se for possível, retirarem suas inscrições e daremos continuidade, senão os projetos ficarão para a próxima semana, o projeto dos deputados, e vamos aditar à Ordem da segunda extra.

O próximo inscrito é o deputado Luiz Fernando.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Sr. Presidente, nobres deputadas, nobres deputados, senador Roberto Engler, felicidade em vê-lo aqui nas câmeras.

Nós temos três senadores, na verdade, militam como senador, Roberto Engler, Campos Machado e Barros Munhoz. O meu respeito muito grande a esses três grandes deputados. Quero saudar todos que nos acompanham, na TV Alesp.

É fato. O Sr. Presidente fez um pedido para que nós fôssemos mais ágeis, embora ele mesmo, no pedido, demorou um tempo muito grande.

Mas é que esse projeto que a gente está discutindo é um projeto extremamente importante, que alguns deputados tomaram uma defesa indefensável, não sei se por não conhecerem a realidade do jogo político, da política brasileira. Não entendem muito o que é essa situação, inclusive alguns estão negando, quero aqui usar a palavra, a gravidade dessa pandemia.

Vários municípios decretaram nas suas cidades calamidade pública e a Assembleia tem que ratificar isso. E é isso que nós estamos discutindo. E alguns deputados acham que nós não temos a ratificar, que não é caso emergencial. É óbvio, eles negam inclusive a gravidade dessa pandemia.

Alguns indicam inclusive um tratamento que a ciência diz que não resolve absolutamente nada. E um projeto que nós deveríamos ter aprovado já há muito tempo. Por um debate de algumas deputadas e alguns deputados, está paralisado.

Falar o que depois do deputado Campos Machado, do deputado Barros Munhoz, da Professora Bebel, que disseram tudo, o deputado Giannazi, que me antecedeu. É urgente essa aprovação.

Por mais que a Janaina não entenda o que está acontecendo, e nem sinta essa gravidade toda, cabe não à Assembleia Legislativa fiscalizar os municípios. É que o ordenamento, embora alguns sejam até professores de Direito, o pessoal ainda não se intendeu do que um deputado pode e deve fazer.

A Assembleia tem demorado, em alguns momentos. Nós tínhamos que estar cobrando mais, que o governador João Doria tivesse um pouco mais de agilidade nesse processo, fizesse menos marketing, corresse mais atrás da vacina.

Que nós não reabrissemos a Educação, como ele e o secretário de Educação pretendem. Porque, como disse o Giannazi, é levar os professores, os profissionais da Educação e os próprios alunos ao corredor da morte. Nós precisamos... Tínhamos meio.

Eu mesmo aprovei um projeto, a Assembleia aprovou um projeto da nossa autoria, que distribuía para todos os professores e a todos os alunos um dispositivo para acesso à internet, para que não estivéssemos perdendo aula nenhum dia, e o governador vetou.

Ele e o seu secretário de Educação vetaram. Ou seja, eu quero que o professor saia da sua casa, vá lá, que a merendeira vá lá, que o diretor vá lá, que o profissional da limpeza vá lá, e que se danem. Peguem esses ônibus superlotados, o metrô superlotado, o trem superlotado, se contaminem, e talvez o genocídio seja acelerado.

É interessante, e aí eu quero estar me dirigindo a todos que nos ouvem na TV Alesp, verificar aquelas pessoas que têm se posicionado contra a ratificação dessa urgência que os municípios pedem, calamidade que os municípios pedem. São, na sua maioria, deputados bolsonaristas, que negam. Eles negam essa pandemia.

Eles começaram a dizer que isso era um resfriadinho. Eles indicam ainda Ivermectina, Cloroquina, e esses remédios que a ciência mostra... Tem alguns que ocupam, invadiram hospitais.

A gente até viu agora, em alguns momentos. Lá atrás, já teve uma turma que foi visitar hospital, dizendo que não era bem isso, não, que não tinha tanta gente.

Esse pessoal, reparem, eles é que são contra. Mas, ao mesmo tempo, eles mal sabem que cabe ao Tribunal de Contas, cabe ao Ministério Público e às Câmaras Municipais fazerem o devido acompanhamento dos gastos, e que sejam punidos, que sejam denunciados prefeitos que, eventualmente, estejam cometendo algum equívoco, algum erro, alguma corrupção.

Agora, é necessário e urgente nós darmos aos prefeitos a mobilidade de tirar um dinheiro que estava no Esporte e passar para a Saúde, que estava em outra rubrica, e passar para a Saúde.

Quais são os efeitos? Presumo eu que a maioria dos deputados que são contra essa aprovação, e que ajudaram a postergar essa aprovação, que deveria ter acontecido já há muito tempo...

Verifiquem a origem, e eu tenho certeza que o fazem porque sequer sabem quais são os efeitos dessa lei, ao aprovarmos essa declaração de decretação de emergência nessas cidades.

O Tribunal de Contas vem acompanhando, a Assembleia tomou o cuidado, já em 2020, de trazer e discutir um projeto com o Tribunal de Contas. Sentamos com o Tribunal de Contas, mais uma vez, para que nós fechássemos todas as possibilidades, e a nós, à Assembleia, só cabe aprovar esse projeto.

Eu lamento, muito, que isso não tenha sido aprovado antes. Que tenha demorado tanto assim, para que, efetivamente, a gente cumprisse a nossa obrigação, da nossa parte, como a nossa líder Professora Bebel já declarou. Nós somos favoráveis a essa aprovação, e que ela aconteça o quanto antes.

Por isso, Sr. Presidente, vou concluir, não vou usar todo o meu tempo. Vou parar aqui. Eu acho que está dado, precisamos aprovar rapidamente isso, e precisamos aprovar outros projetos de lei, que possam ajudar o nosso povo a superar esse momento tão triste.

Muito obrigado, Sr. Presidente, nobres pares.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Luiz Fernando. Antes de passar a palavra para o deputado Sargento Neri, pelo prazo de três minutos, tempo restante para concluir as duas horas, esta Presidência retifica a convocação da 17ª Sessão Extraordinária em Ambiente Virtual, a realizar-se dez minutos após o término desta sessão, para fazer constar a seguinte Ordem do Dia:

* * *

- NR - A retificação da Ordem do Dia para a 17ª Sessão Extraordinária em Ambiente Virtual foi publicada no D.O. de 23/04/21.

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Com a palavra o deputado Sargento Neri. Cinco minutos, que é o tempo...

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - SEM REVISÃO DO ORADOR - Bom dia, Sr. Presidente, bom dia aos demais deputados. Eu quero deixar registrado aqui que o meu voto é contrário a esse projeto.

Com todo o respeito que eu tenho pelo deputado Barros Munhoz, Campos Machado, a questão do meu voto contrário não é a desconfiância em qualquer prefeito do estado de São Paulo, mas sim pela manobra e pela não operacionalidade do Governo do Estado contra a Covid.

Lembrado bem pelo deputado Giannazi, retirou 600 milhões da Saúde, retirou recurso das Santas Casas. Então, você pega a Santa Casa de Marília, que atende 62 municípios. Por que retirar recurso da Santa Casa? Não houve qualquer investimento nos aparelhos fixos da Saúde.

Nós, do PDO, fiscalizamos sim, como o deputado Luiz Fernando falou, que nós criticamos a instalação do hospital de campanha. Entramos no hospital de campanha e provamos que o momento não era adequado para aquilo. Todos os hospitais que nós entramos naquele momento não tinham superlotação.

Então, nós fizemos o nosso papel de deputados. Enquanto muitos estavam em casa, nós estávamos fiscalizando e trabalhando. Então, não há motivo de se criticar o nosso trabalho de ir até o hospital, coisa que eu não vi deputados fazerem.

Nós tivemos aí um escândalo, a compra de respiradores, está no Ministério Público, está no Tribunal de Contas, estão investigando e abrindo inquérito.

Falta medicamento, falta medicamento para intubação, oxigênio. Espera aí. Qualquer administrador de uma pequena empresa, de um boteco, saberia que nós teríamos a segunda onda. E por que o Governo do Estado não fez investimento nos hospitais, e não se preparou para a segunda onda?

Mais uma operacionalidade errada do Governo do Estado. Nós entramos com um projeto de resolução, pedindo a CPI, para apurar os gastos na Covid, na pandemia, que fizesse um trabalho técnico.

Eu nem quero participar, mas que apure, que tenha clareza. E por que eu fiz o pedido? Porque a gente não consegue encontrar, sequer para apurar, qualquer compra do governo do estado de São Paulo.

O João Doria não tem clareza nas compras e nos contratos na pandemia. Eu vejo muitos deputados querendo dar carta branca hoje, que sequer assinaram o pedido de resolução meu, para a abertura de CPI. Fiscalizar não quer. Investigar esse gasto com a pandemia não quer, mas dar carta branca sempre quer. Então, é uma contradição muito grande.

Eu pedi ao Governo do Estado que criasse a Comissão de Análise de Óbitos, que tem previsão, que foi feita em outros momentos da história, e não tenho resposta para isso. Como líder do PDO, eu oriento, sim, todos os deputados do PDO a votarem contrários, mas não pela desconfiança com os prefeitos.

Isso eu falo com tranquilidade, porque eu visito a semana inteira cidades e municípios. Eu percorro o estado de São Paulo. Então, eu pergunto aos deputados. Vocês sabiam que o governo do estado de São Paulo fechou leitos de dezembro até fevereiro?

Eu estive na Santa Casa, em Novo Horizonte. Tinha 16 leitos de Covid. A DRS de São José do Rio Preto mandou fechar seis leitos, em Novo Horizonte, em dezembro, e agora está voltando, porque o governo mandou fechar.

Sabe por que vocês não sabem disso? Porque vocês não andam. É fácil falar dos gabinetes. É fácil falar de suas casas, mas vai visitar as Santas Casas, ver as dificuldades que os administradores têm. Vai visitar os prefeitos e ver as dificuldades, porque o governo do estado de São Paulo não fez investimento.

Hoje saíu uma matéria no jornal "O Estado de S. Paulo": "Mortes sem elo direto com Covid superam em 55 mil o previsto". Olha aqui, jornal "O Estado de S. Paulo". E olha só o que o Dr. Alexandre Ferreira Oliveira, cirurgião oncológico, disse ao jornal "O Estado de S. Paulo": "O diagnóstico precoce é fundamental, o nosso medo é que as doenças crônicas matem mais do que a Covid."

Sabe por quê? Porque não há investimento na Saúde, para separar a Covid de outras doenças crônicas. Abriam mão, largaram os doentes ao deus-dará, e vem essa hipocrisia, falar que nós estamos acusando prefeitos.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Para concluir, por gentileza, deputado.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Não, estamos acusando o governo do estado de São Paulo, como mau gestor, e tem sim corrupção no estado. Tem corrupção no Governo do Estado. (Vozes sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Deputado eu peço para V. Exa., por gentileza. O seu tempo terminou, e o tempo da discussão terminou, deputado.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - (Vozes sobrepostas.) e abrir o inquérito. Então, tem que se apurar, sim, deputado. Então, tem que se apurar, sim. Eu só quero fazer uma pergunta, presidente. O meu tempo vai ser preservado para outra sessão?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Encerraram as duas horas de discussão. Por isso que eu, infelizmente, tive que interromper Vossa Excelência.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Mas vai ser preservado para outra extra?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não, encerrou o tempo. As duas horas foram encerradas. Agora, V. Exa. pode encaminhar neste momento, se V. Exa. quiser.

Então, está encerrada a discussão. Em votação o projeto, salvo emendas. As Sras. e os Srs. Deputados líderes que têm interesse em encaminhar a votação, queiram se manifestar no chat. Vamos dar um tempo para que V. Exas., quem queiram encaminhar, para que V. Exas. possam encaminhar, através do chat.

Deputado Coronel Telhada, com anuência do líder do PP, encaminha pela liderança do PP, pelo prazo de cinco minutos. Deputado Coronel Telhada, ligue o microfone, por gentileza.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Pela ordem, Sr. Deputado. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Agora estamos ouvindo, Deputado Coronel, por gentileza.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Boa tarde, Sr. Deputado. Boa tarde a todos os demais deputados. Quero dizer aqui, em primeiro lugar, fazer um apelo ao presidente, não só da sessão, mas ao presidente da Assembleia Legislativa, para que nós voltemos, o mais rapidamente, ao modo presencial.

Eu entendo que esse modo online prejudica muito, muito. Prejudica, não só a obstrução, como a manifestação de todos os deputados da Assembleia. Por isso, eu peço aqui o retorno mais rápido possível ao método presencial.

Eu estive ouvindo atentamente os deputados que me antecederam, Sr. Presidente, e quero dizer o seguinte, que eu também sou contra esse projeto. Por quê? Porque, primeiro, é mais uma carta branca.

Não desconfio de ninguém, de nenhum prefeito, não é isso, mas nós tivemos, sim, inúmeros problemas de corrupção, inúmeros problemas de gastos que foram encaminhados ao Ministério Público, não só por nós do PDO, mas por outros deputados.

Então, a imprensa mesmo está trazendo mais e mais casos de desvio de dinheiro. A Polícia Federal está averiguando. É necessário averiguar isso, e neste momento, não seria adequado nós darmos uma outra carta branca.

O governo teve mais de um ano para se preparar para o que aconteceu com a Covid, e não o fez. Um planejamento horrível. Deixou o problema chegar onde chegou, e agora, mais uma vez, quer uma carta branca, a fim de que as coisas sejam resolvidas da maneira que as pessoas que estão envolvidas querem resolver.

Eu sou contra, também, quero que me manifestar contra... Eu ouvi o deputado Luiz Fernando, aí, criticando deputados que haviam tomado providências. Que, aliás, os outros deputados deveriam ter tomado também, e não tomaram. Fomos visitar, fazer visitas técnicas, fazer fiscalização nos hospitais.

Nós estivemos em vários hospitais. Hoje, eu já entrei na minha décima UTI. Eu estive no hospital Vila Penteado, conhecendo lá, lotação total. Estive na minha décima UTI, hoje, e o deputado se sente, com hipocrisia pura, no sentido de vir criticar deputados, que estão fazendo a função dos deputados. Ele, sentado na sua sala, da sua mesa, quer dizer que nós estamos invadindo, e tomando providências.

Ou seja, foi infeliz na sua providência. Aliás, depois que o PT se aliou ao PSDB, eu não esperava outra atitude. Como o próprio Sargento Neri falou, nós estamos com a CPI da Covid aí, para averiguar, realmente, o que aconteceu, e os deputados não assinam. Não sei o porquê. Quem não teme, não tem porque não assinar. Não há motivo para não ter transparência.

E o PT continua ao lado do PSDB, e não assina a nossa CPI. Isso fica bem claro, que não quer que tome providências, e que, realmente, se chegue à verdade dos fatos.

Eu quero lembrar aqui que, além dos problemas que nós temos com a Covid, em São Paulo, nós estivemos com pessoal

do PDO em Bauru, onde nós temos um hospital inaugurado desde 2010, que não funciona, até hoje, com 180 leitos parados.

E depois vem reclamar que não tem leito. Eu estive aqui no Hospital Cotoxó, aqui na Pompeia, e, também, esse hospital está inaugurado há anos. Está pronto para ser usado, e não se abre o hospital.

Em uma emergência dessas, o hospital não é aberto. Querem abrir os hospitais de campanha. Para quê? Para que abrir hospital de campanha, se nós temos vários hospitais aí em condições de serem prontos, reformados, abertos, e isso não é feito.

Então, não sou eu que está escondendo alguma coisa. É necessário que o governo venha a público, e explique o que está acontecendo. E nós, deputados, paremos de dar carta branca para o Executivo.

Nós fizemos esse absurdo no ano passado e pagamos alto preço, porque muito dinheiro foi usado, bilhões foram usados, e, até agora, o problema não está solucionado.

Eu fui no Hospital Penteado hoje. Estive com a diretoria lá, conhecendo o hospital, e o hospital está com 100% de ocupação, e não conseguem mais ampliar o hospital, é necessária uma série de providências. Então, o governo tem que entender que, nesse um ano, ele deveria ter tomado todas as providências, e não o fez.

Então, nós não devemos, novamente, dar essa carta branca. Por quê? Porque os problemas continuarão. Gastam um dinheiro absurdo, gastam o dinheiro de todas as maneiras, e os problemas continuam. Como eu sempre disse, infelizmente, o problema da pandemia está sendo usado politicamente.

Eu vi um deputado aí reclamando da Ivermectina, dessas coisas todas aí. Ou seja, enquanto muitos médicos têm indicado vários remédios, para que se faça uma prevenção, vem um deputado, que nem médico é, querer contradizer as coisas do médico. Ou seja, politicagem, para falar mal do governo federal. Então, infelizmente, o que nós continuamos a ver, no governo e na própria Assembleia Legislativa, é pura politicagem. Nós votamos um projeto, na semana passada, de um deputado...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Deputado.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Oi?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É que está esgotado o tempo da presente sessão, e o tempo de V. Exa. também se esgotou. Então, só para deixar V. Exa. ciente. Lembrando, então, a todos os deputados que está encerrada agora esta sessão. Lembrando a todos que a próxima sessão extraordinária é daqui a 10 minutos, com o mesmo item da pauta.

Obrigado a todos

* * *

- Encerra-se a sessão às 12 horas e 31 minutos.

* * *

22 DE ABRIL DE 2021 17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL

<p>Presidência: WELLINGTON MOURA</p>

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - WELLINGTON MOURA
Assume a Presidência e abre a sessão. Coloca em votação o PDL 32/21, salvo emenda.
2 - JOSÉ AMÉRICO LULA
Encaminha a votação do PDL 32/21, salvo emenda, em nome da Minoria.
3 - SARGENTO NERI
Para questão de ordem, indaga quantos parlamentares devem estar presentes no ambiente virtual para que haja quórum. Afirma que o número de deputados conectados é menor do que o exigido pelo Regimento.
4 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA
Responde que há 57 deputados presentes, sendo que o mínimo para que haja quórum são 48.
5 - MAURICI
Encaminha a votação do PDL 32/21, salvo emenda, em nome do PT.
6 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Encaminha a votação do PDL 32/21, salvo emenda, em nome do PSOL.
7 - CAMPOS MACHADO
Encaminha a votação do PDL 32/21, salvo emenda, em nome do Avante.
8 - JANAINA PASCHOAL
Encaminha a votação do PDL 32/21, salvo emenda, em nome do PSL.
9 - MARINA HELOU
Encaminha a votação do PDL 32/21, salvo emenda, em nome da Rede.
10 - ERICA MALUQUINHO
Para comunicação, pede a seus pares que se proceda com a votação do PDL 32/21, de maneira que possam ser deliberados, em seguida, projetos de deputados.
11 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA
Coloca em votação e declara aprovado o PDL 32/21, salvo emenda. Informa que o deputado Douglas Garcia solicitou uma verificação de votação. Defero o pedido e determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico. Registra obstrução das seguintes bancadas: PSL, Novo, PSOL, PSD, PSDB, PT, Republicanos, PSB, PP, Podemos, SD, PTB, Avante e PL; e do deputado Gil Diniz.
12 - DOUGLAS GARCIA
Para questão de ordem, indaga se haverá uma segunda chamada de verificação de votação.
13 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA
Responde afirmativamente à questão de ordem do deputado Douglas Garcia.
14 - SARGENTO NERI
Para questão de ordem, afirma que o deputado Maurici não foi chamado para registrar seu voto.
15 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA
Explica que os deputados que não estão sendo chamados já registraram seu voto pelo aplicativo Vota Alesp.
16 - GIL DINIZ
Para questão de ordem, indaga se haverá possibilidade de alteração de voto. Apela aos deputados que votaram favoravelmente ao PDL 32/21 para que revejam seu posicionamento.
17 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA
Responde que será possível fazer a alteração de voto. Já conhecimento do resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação do PDL 32/21, salvo emenda. Convoca uma sessão extraordinária em ambiente virtual, a realizar-se hoje, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia. Coloca em votação e declara aprovada a emenda ao PDL 32/21.
18 - MILTON LEITE FILHO
Para questão de ordem, faz indagação sobre a Ordem do Dia da próxima sessão extraordinária em ambiente virtual.
19 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA
Presta esclarecimentos ao deputado Milton Leite Filho. Lembra a realização da próxima sessão extraordinária em ambiente virtual, a ter início às 14 horas e 30 minutos de hoje. Encerra a sessão.
* * *
- Assuma a Presidência e abre a sessão o Sr. Wellington Moura.
* * *
- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Havendo número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e declara aberta a 17ª Sessão Extraordinária em Ambiente Virtual.

Para falarmos sobre, em regime de urgência, o Projeto de decreto legislativo 32, de 2021, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que reconhece, para efeitos do Art. 65 da Lei complementar federal 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública nos municípios do estado.

Parer 318, de 2021, da reunião conjunta das Comissões de Assuntos Metropolitanos e Municipais e de Fiscalização e Controle, favorável com emenda.

Temos o próximo para encaminhar, o deputado José Américo. O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. Vou fazer o encaminhamento pela Minoria, pela liderança da Minoria.

Eu queria fazer uma consideração sobre todas as falas que ouvi nos últimos 40 minutos contrárias ao projeto legislativo, do Sargento Neri, do Telhada e de vários outros deputados. Acho que vocês estão falando do João Doria. O Neri faz uma crítica ao João Doria. O próprio Coronel Telhada também faz crítica ao João Doria.

Não vou aqui defender o governador João Doria, só quero dizer que nós estamos falando dos municípios, nós estamos falando dos 640 municípios do estado de São Paulo, 645, que são governados por prefeitos de vários partidos, alguns alinhados ao João Doria, outros não são alinhados ao João Doria. Mesmo aqueles que são alinhados têm a sua autonomia, têm a sua identidade.

Então acho o seguinte, nós não podemos criminalizar um projeto de lei que visa flexibilizar as condições para o enfrentamento da pandemia para 600 e tantos municípios. Não podemos criminalizar isso. O fato de um ou outro prefeito ter feito alguma coisa irregular ano passado não justifica.

A deputada Valéria Bolsanaro inclusive citou aqui os casos de Embu das Artes, Itapeerica da Serra e outras cidades que ela citou que a Polícia Federal estaria, primeiro ela tinha falado em prisões, não houve nenhuma prisão.

Eu fui constatar, deputada, realmente, você tem razão. Essas duas cidades que você citou estão sendo investigadas pela Polícia Federal, mas investigadas, sequer a Polícia Federal fez qualquer denúncia, enviou alguma coisa para o Ministério Público Federal.

O fato de investigar não tem nenhum tipo de, não significa que esteja errado, não significa irregularidades, significa que houve uma denúncia e eles estão investigando. Repito, as prisões relativas às OSs são anteriores e não têm a ver com a pandemia. Foram feitas várias prisões na área da Saúde, na área das OSs e não têm a ver com a pandemia.

Então queria dizer para vocês que a gente precisa ter, neste momento, muita serenidade, entender que as nossas cidades estão sofrendo muita dificuldade, falta recurso, faltam condições para poder fazer compras, para poder contratar. A forma de licitação que nós temos é muito arcaica, ela dificulta muito, então nós temos um problema pela frente.

Quando se vai fazer licitação, os agentes municipais chegam desanimados que vão fazer, principalmente se tiver que fazer uma compra rápida você não vai conseguir. Por outro lado, gente, a contratação de funcionários neste momento é importante. Você tem dezenas de cidades do estado de São Paulo nas quais estão faltando coveiros e sepultadores. Já imaginou, coveiros e sepultadores estão faltando.

As cidades estavam aparelhadas para uma realidade, hoje é outra. Você tem dezenas de cidades que estão montando UTI, montando uma UTI, duas UTIs - entendeu? - porque nunca tiveram isso. E cidades que estão diretamente tentando comprar respiradores, exatamente para montar essas UTIs e ter condições de dar conta da pandemia.

Então, gente, por esses motivos eu acho que nós temos que acreditar naquilo que o nosso nobre Barros Munhoz disse. A maioria dos prefeitos, independentemente das suas posições políticas, ideológicas, é gente honesta, é gente que não vai acontecer nada, eles vão fazer isso de forma correta.

As Câmaras Municipais também fiscalizam, o povo também fiscaliza. Aquilo que eu falei, São Paulo é um estado em que qualquer cidadezinha tem jornal, tem rádio, tem disputa política "renhida" e isso ajuda a controlar.

Então não vamos investir naqueles que erram, que é uma minoria ínfima, vamos apostar naqueles que acertam, naqueles que querem trabalhar, naqueles que querem defender o seu povo, querem fazer frente à pandemia e sabem que isso é uma coisa muito séria, a pandemia é algo muito sério.

Por último, só queria dizer o seguinte para o Coronel Telhada. Olha, Coronel, o tratamento precoce com cloroquina está sendo rejeitado inclusive pelo próprio ministro da Saúde do governo Bolsonaro.

Não é só a gente não. O Ministério da Saúde está rejeitando o tratamento com cloroquina, a Organização Mundial da Saúde também, então não é porque a gente não é médico, que tem muito médico como o Osmar Terra.

O Osmar Terra é médico? É médico, ele tem um diploma, mas, evidentemente, não faz jus a esse diploma. E a Organização Mundial da Saúde tem centenas de médicos em quem ela se baseia para fazer suas expedições. E o Ministério da Saúde agora, o novo ministro está falando que não acredita na cloroquina.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Para concluir, por gentileza, deputado.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Está bom. Sr. Presidente, muito obrigado. Peço, então, que se vote no decreto legislativo, porque eu acho muito importante neste momento para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado José Américo. Há uma questão de ordem, antes de passar para o próximo que vai encaminhar, do deputado Sargento Neri. Por gentileza, deputado.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Obrigado, presidente. Presidente, a questão de ordem é uma pergunta e depois é uma afirmação. Quantos participantes precisam para que realmente tenha validade a votação e dê quórum a esta sessão?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Precisa ter a maioria, 48 votantes.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Quantos deputados presentes na sessão, presidente?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Quarenta e oito deputados presentes na sessão, no mínimo.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Para dar quórum tem que ter quantos online? São 26?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não, nós temos que ter 48 online.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Então, Sr. Presidente, eu peço a V. Exa., até porque a Presidência não pode ser omissa a isso, eu contei, são 20 participantes na sessão. Pelo o que eu contei...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não, deputado. Nós estamos com 65 participantes e 57 deputados. A informação está errada, de Vossa Excelência. Nós estamos com 57 deputados online neste momento e 64 participantes, por causa de toda a assistência que nós temos aqui, da TV Assembleia.

Próximo para encaminhar é o deputado Maurici, pelo PT. Tem o tempo regimental.

O SR. MAURICI - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu ouvi atentamente os